

A PEDAGOGIZAÇÃO DOS CORPOS NA OBRA *LUCÍOLA*, DE JOSÉ DE ALENCAR

Terezinha Richartz¹

RESUMO: Em função da sua importância, *Lucíola*, de José de Alencar, é lida (ou pelo menos deveria ser) por parte significativa dos estudantes brasileiros. A obra está incluída no Conteúdo Básico Comum (CBC) de língua portuguesa, no Tema 2 do Eixo Temático III – Estilos de época na literatura brasileira e em outras manifestações culturais. Assim, o objetivo deste artigo é discutir como tal obra pode ser utilizada pedagogicamente para instruir os leitores sobre o papel que mulheres e homens devem desempenhar na sociedade. Para tanto, destaca-se que as identidades de gênero são socialmente construídas através de diversos artefatos culturais e, nesse sentido, dados apontam que “*Lucíola*” é uma obra rica em detalhes, a qual contribuiu (e ainda contribui) para disciplinar os corpos, especialmente os corpos femininos.

PALAVRAS-CHAVE: relações de gênero; *Lucíola*; José de Alencar.

ABSTRACT: Due to *Lucíola* importance, the work that was written by José Alencar, It's being read (or at least should be) for a significant part of Brazilian students . The work is part of the Common Basic Contents (CBC) of Portuguese language in Theme 2 Theme Axis III - Period styles in Brazilian literature and other cultural expressions. Thus the goal of this article is to discuss how this work can be used pedagogically to instruct readers about the position that women and men should exert in society. Therefore, It highlights that gender identities are socially constructed through several cultural artifacts and in that sense, data indicate that *Lucíola* is a rich work in detail, which contributed (and still contribute) to discipline the bodies , especially female bodies.

KEYWORDS: gender relations; *Lucíola*; José de Alencar.

Introdução

A função política e sociocultural do professor é exercida de forma direta, mas também muitas vezes indiretamente, através das opções que estabelece na escolha dos livros didáticos e dos clássicos da literatura utilizados em sala de aula. Consciente ou inconscientemente, o professor contribui, por meio de suas escolhas, para formar ou formatar os alunos de acordo com aquilo que a sociedade espera.

Nas obras de literatura, os valores defendidos em cada contexto histórico estão integrados aos enredos. Por certo, isso se dá também nas obras de José de Alencar.

¹ Doutora em Ciências Sociais (PUC/SP); Professora colaboradora do Programa de Mestrado em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). E-mail: terezinha@unincor.edu.br

A grande maioria dos livros didáticos de língua portuguesa e literatura apresenta em letras garrafais a importância de José de Alencar para o romantismo brasileiro. É impossível estudar a escola romântica brasileira do século XIX sem mencioná-lo. A bibliografia do escritor, que retrata brilhantemente sua época, é fundamental para a compreensão dessa escola literária.

Portanto, cabe aqui esclarecer a intenção de analisar o gendramento proposto por José de Alencar, respeitando-se, é claro, sua visão de mundo, seu cotidiano e sua opinião a partir do que lhe era possível construir em um período e um mundo onde homens e mulheres não eram compreendidos como seres iguais. Considerando-se essa perspectiva, pretende-se mostrar que a obra *Lucíola* pode ser usada, pedagogicamente, para instruir os leitores sobre como devem se comportar e, particularmente, como as mulheres devem se portar.

1. Conceituação de gênero e patriarcado

Para entender a configuração dos espaços sociais femininos e masculinos apresentados por José de Alencar na obra *Lucíola*, é preciso conceituar gênero e patriarcado.

Como categoria de análise, gênero discute como as diferenças anatômicas que mulheres e homens trazem impressos em seus corpos recebem valorações distintas. As diferenças biológicas foram historicamente transformadas em papéis sociais. Assim, os papéis foram naturalizados como se fossem determinações biológicas. Tendo em vista que as mulheres possuem um corpo preparado para a maternidade e para o aleitamento, a função de cuidado dos filhos foi atribuída a elas. O homem, por sua vez, como não possui impresso no seu corpo dotes que o tornam apto para gerar filhos, ficou responsável pelo sustento e pela segurança dos filhos.

Tornar natural as construções sociais facilita a engenharia da distribuição dos espaços de atuação. Em razão de possuir um corpo preparado para a maternidade, coube à mulher a responsabilidade sobre a casa e o cuidado dos filhos e do marido como se isso fosse uma determinação biológica. Da mesma forma, os homens têm seus espaços sociais demarcados. É delegado a eles o sustento da prole e a manutenção da moral e dos bons costumes da família.

De acordo com Saffioti, “rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É por meio da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída” (SAFFIOTI, 1987, p. 10).

No livro *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir afirma que as características femininas ou masculinas são inculcadas nas pessoas desde o nascimento. “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1970, p. 291). A mesma situação se dá com os homens.

A questão reside em como o poder é articulado. Ele atribui maior autoridade ao homem, permitindo que ele domine e explore a mulher. A partir desse pressuposto, o conceito de gênero sozinho não consegue explicar porque quase sempre a mulher é submissa. Somente o patriarcado contempla essa dominação.

Lia Zanotta Machado (2000) afirma que gênero e patriarcado não são conceitos opostos, mas distintos. O patriarcado possui um esquema determinado e, nas suas entranhas, contém a superioridade masculina e a inferioridade feminina. A categoria gênero, por sua vez, comporta relações mais tênues entre homens e mulheres, apontando as diferenças, todavia, não necessariamente hierarquizando-as.

A categoria gênero é uma construção social na qual a igualdade e a desigualdade são possíveis. O patriarcado apresenta uma conceituação muito mais fixa, em que as relações de desigualdade são construídas historicamente, num vínculo de exploração-dominação e privilégio dos homens em detrimento das mulheres (RICHARTZ, 2007).

Destarte, nesta análise, serão usados, simultaneamente, os conceitos de gênero e de patriarcado. Apesar de algumas feministas não aceitarem o conceito de patriarcado, ele está no cerne da engrenagem de exploração-dominação.

Joan Scott (1990), em seu texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, afirma que o gênero repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: 1) se constitui a partir das diferenças sexuais percebidas nas relações sociais, 2) é a principal forma de dar significado às relações de poder. A partir dessas concepções, compreende-se que gênero é um campo fundamental, no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado.

Desse modo, é possível compreender a importância da historicidade na apreensão das relações de gênero. No caso de *Lucíola*, é inegável que o período histórico em que a obra foi escrita tem influência sobre seu conteúdo. A configuração das relações patriarcais atribuía aos homens, naquele momento, o poder de dominar e oprimir as mulheres.

O autor de *Lucíola* merece destaque entre os grandes escritores da literatura nacional por ser considerado o mais importante representante do romantismo brasileiro. Inspirado na tendência europeia, José de Alencar incorporou no romantismo brasileiro a discussão sobre o comportamento feminino e masculino. Aos poucos, muitas mulheres da Corte passaram a ter acesso à leitura e, assim, o público feminino, que não tinha voz, passiva e inconscientemente, absorvia, aceitava e reforçava a ideia de inferioridade da mulher imposta pela sociedade.

Joan Scott (1990) acrescenta que a categoria gênero é composta de quatro elementos que se constituem a partir das diferenças sexuais percebidas nas relações sociais. São eles:

1) símbolos culturais que lembram representações teóricas, por exemplo, Maria e Eva como símbolos da mulher.

2) Conceitos normativos que evidenciam o sentido dos símbolos e que limitam as metáforas. Isso aparece nas doutrinas religiosas, educativas, políticas, entre outras, mostrando, de uma forma categórica, o sentido do que é masculino e feminino.

3) Análise que leve em conta o aspecto político, que faz referência às instituições e à organização social.

4) Identidade subjetiva.

No presente artigo, serão utilizados para análise os três primeiros elementos, discutindo-se como as relações de gênero aparecem no livro *Lucíola*. Não se pretende aprofundar o estudo das obras de José de Alencar, mas apontar a importância de que o professor aborde essas obras não apenas como textos literários e, sim, discuta os valores sociais presentes no modo de pensar de determinado período histórico, os quais se revelam nos textos literários.

Primeiramente, será analisado como os elementos sociológicos apresentados por Scott são observados na obra *Lucíola*.

2. Eva e Maria, como símbolos da mulher, são encontradas em *Lucíola* nos nomes Maria da Glória e Lúcia

2.1. O nome Maria da Glória

Para ser digna do casamento, a mulher deveria ser comportada e santa, à semelhança da Virgem Maria. Não por acaso, o nome dado à protagonista da obra *Lucíola* é Maria da Glória. O nome Maria era comum na época – é até hoje – e o comportamento esperado da mulher que recebe o nome é de pureza, dedicação, docilidade e obediência.

A Bíblia afirma que Nossa Senhora aceitou a solicitação de Deus para ser a mãe do Salvador sem maiores questionamentos. “Disse então Maria: ‘eu sou a serva do Senhor! Faça-se em mim segundo a tua palavra’” (Lc 1, 38). Maria é considerada a serva, a escrava do Senhor. A postura tão propagada pela igreja como atitude de fé também revela o que a sociedade esperava das mulheres: obedecer cegamente aos ditames do pai e, depois do casamento, os ditames do marido.

O projeto de vida da mulher era ajudar o companheiro a alcançar seus objetivos. Atualmente, ainda é comum o ditado popular: “por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher”. A mulher é coadjuvante nas ações do marido. Isso se deu com a Virgem Maria. Deus – figura masculina – precisava de uma mulher para viabilizar seu projeto – enviar seu filho Jesus para salvar a humanidade. Maria era virgem e engravidou sem ter relação sexual com nenhum homem. O prazer sexual é compreendido pela Igreja como desprezível. Maria se tornou mãe do Salvador sem ter relacionamento sexual com José, seu esposo.

José de Alencar dá à protagonista de *Lucíola* o nome de Maria. Como se esperava da mãe do Salvador, Maria da Glória também deveria ser obediente, pura e serviçal. No romance, a personagem Maria da Glória afirma que foi Nossa Senhora quem lhe deu seu

nome: “Maria da Glória! É meu nome. Foi Nossa Senhora, minha madrinha², quem mo deu” (ALENCAR, 1988, p. 96).

A figura da Virgem Maria parece muito próxima da protagonista. Na sociedade brasileira, a madrinha costumava ser presente, interferir nas escolhas e apontar caminhos para sua afilhada. Era alguém em quem se confiava e queria seguir como exemplo. Até hoje a madrinha é escolhida com cuidado pela importância que tem na vida da pessoa.

2.2. A sedutora Lúcia

O nome está vinculado à identidade e a mudança de nome está relacionada diretamente com a mudança de identidade.

Na obra *Lucíola*, o pai descobre que a filha se prostituía para financiar o tratamento de enfermos da família e expulsa Maria da Glória de casa. No século XIX, a prostituição ou o relacionamento sexual antes do casamento eram punidos pela sociedade e isso foi expresso concretamente na atitude do pai da protagonista. A expressão “minha filha morreu” era pronunciada nos círculos sociais para caracterizar que a família punia severamente as atitudes inadequadas, servindo como exemplo para as moças não transgredirem a moral social.

A alteração do nome Maria da Glória para Lúcia expressa a mudança de identidade. É como se o indivíduo passasse a ser outra pessoa. Tanto é que ela simula a própria morte. O nome Maria apresentava uma carga moral que, depois da prostituição, não fazia mais sentido. A pureza e a virgindade haviam ficado para trás. Era necessário construir outra identidade, ser outra pessoa.

Lúcia pode ser relacionada com a figura bíblica Eva. Usando o fruto proibido, ela seduziu Adão e os dois protagonizaram a entrada do pecado no mundo. A imagem da mulher como figura sedutora é relacionada com a tentação no paraíso. É a mulher a mentora do pecado. Eva convidou Adão a comer o fruto proibido.

² No dicionário on line de língua portuguesa, entre os significados de madrinha, encontra-se: “mulher que acompanha uma criança à pia batismal; “pessoa que dá nome a alguma coisa [ou pessoa]”; “protetora”. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/madrinha/>> Acesso em: 20 fev. 2015.

O nome Lúcia aparece no romance de José de Alencar também associado a Lúcifer. “Como trata-se de nomes, eu também proponho uma mudança, bocejou o Rochinha. Em lugar de **Lúcia**, diga-se **Lúcifer**” (ALENCAR, 1988, p. 26, grifos nossos).

Lúcifer, conhecido como demônio, seduz as pessoas; inclusive na Bíblia, Jesus é tentado (Mt. 4, 1). As características físicas apresentadas em “Lucíola” enfatizam que a mulher é uma tentação que seduz; Lúcia possuía tranças longas e vestia roupa escarlate, portanto, tinha um comportamento que enfeitiçava os homens.

Lúcia fitou-me por muito tempo, e chegou-se ao espelho para dar os últimos toques ao seu traje, que se compunha de um vestido escarlate com largos folhos de renda preta, bastante decotado para deixar ver as suas belas espáduas, de um filó alvo e transparente que flutuava-lhe pelo seio cingindo o colo, e de uma profusão de brilhantes magníficos capaz de tentar Eva, se ela tivesse resistido ao fruto proibido. Uma grinalda de espigas de trigo, cingia-lhe a frente e caía sobre os ombros com a basta madeixa de cabelos, misturando os louros cachos aos negros anéis que brincavam (ALENCAR, 1988, p. 58).

Nessa passagem, as características de sedução são destacadas, evidenciando-se que Lúcia tinha assumido outra identidade. Ao se embelezar, procurava atrair os olhares dos outros para seus atributos físicos.

A mudança de nome ou de sobrenome – porque, em ambos os casos, a pessoa não é mais reconhecida por seu status anterior – também é sociologicamente uma categoria importante para a análise. Quando a mulher se casa, a troca de sobrenome expressa a mudança de “dono”. Primeiramente, ela é reconhecida pelo sobrenome do pai e depois pelo sobrenome do marido. Atualmente, apesar da mudança da legislação brasileira, que prevê a possibilidade do homem incorporar o sobrenome da esposa e da mulher optar por manter o sobrenome de solteira, é muito mais comum que, ao se casar, a mulher passe a utilizar o sobrenome do marido. A atitude de não querer mudar de sobrenome pode ser encarada como falta de amor e ser motivo de rompimento entre os casais.

A mudança de sobrenome é expressa em um contrato também chamado de certidão de casamento. Pateman (1993) acredita que o direito patriarcal deriva do contrato. A dominação dos maridos sobre as esposas está presente no pacto original acertado por ocasião do casamento.

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do

contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Como o contrato é firmado entre desiguais, uma vez que o homem tem mais poder do que a mulher na sociedade, o pacto possibilita, mais cedo ou mais tarde, a dominação-exploração das mulheres. Para que o matrimônio pudesse ser uma relação igualitária, seria necessário que existisse igualdade entre as partes. O que ocorre é um pacto entre um indivíduo e uma subordinada (SAFFIOTI, 2004).

No romance *Lucíola*, Lúcia não se casa. Na nova identidade assumida, muda completamente seu comportamento. Como não se casou, não deve obediência ao marido, nem ao pai que a rejeitou. Por isso é livre para fazer as próprias escolhas. Mudou de identidade para poder viver uma vida diferente daquela que lhe foi oferecida.

2.3. A volta às origens

No final da obra, Lúcia assume novamente a identidade de Maria da Glória e se torna dona de casa. José de Alencar quer mostrar que a vida de luxúria e devassidão não vale a pena. Cansada com a vida devassa que levava, Lúcia volta a se comportar e a se vestir como antes. “Lúcia trazia nessa manhã um traje quase severo: vestido escuro, afogado e de mangas compridas, com pouca roda, simples colarinho e punhos de linho rebatidos; cabelos negligentemente enrolados em basta madeixa, sem ornato algum” (ALENCAR, 1988, p. 75).

Mais uma vez, pode ser feita a relação com uma figura evangélica: Maria Madalena, a prostituta convertida, que se arrepende e muda de vida. A Bíblia relata que Jesus expulsou sete demônios da pecadora que voltou a vida trivial (Marcos 16:9; Lucas 8:2).

As marcas visíveis dessa mudança são expressas na forma de se vestir e de se comportar da personagem. Elas mostram os valores defendidos pela sociedade do século XIX e que eram referências para os demais.

Ao final do romance, a protagonista de José de Alencar, que foi comparada a Lúcifer, passa a ter o desejo de ser mãe. Afinal, a maternidade é um valor introjetado nas mulheres

desde a mais tenra idade. Mesmo se arrependendo e mudando de vida, o privilégio de ser mãe é para as mulheres puras. Por isso, no romance *Lucíola*, a maternidade é negada à protagonista. O arrependimento não apaga as marcas da vida de luxúria e prostituição e Maria da Glória não se sente digna da maternidade. “Oh! Um filho, se Deus mo desse, seria o perdão da minha culpa! Mas sinto que ele não poderia viver no meu seio! Eu o mataria, eu, depois de o ter concebido!” (ALENCAR, 1988, p. 90).

O recado de José de Alencar é claro: para a maternidade, a mulher precisa se preservar, precisa manter-se intacta dos prazeres da carne. O arrependimento não apaga as marcas do pecado e da devassidão. O papel de mãe é sublime e a mudança de vida não destrói os sinais do passado. A vida mundana violou o corpo, que deveria ser sagrado. Os prazeres da carne são incompatíveis com a noção de santidade impregnada na maternidade.

Ainda que não tenha sido considerada apta para ser mãe, a defesa da família é incorporada nitidamente pela personagem no romance. A luta pela saúde dos parentes na primeira etapa de sua vida, a mudança de nome para não envergonhar seu pai e, finalmente, a dedicação contra a ruína da família demonstram que, apesar da experiência da vida devassa, ela manteve o germe da virtude.

Eis a minha vida. O que se passava em mim é difícil de compreender, e mais difícil de confessar. Eu tinha-me vendido a todos os caprichos e extravagâncias; deixara-me arrastar ao mais profundo abismo da depravação; contudo, quando entrava em mim, na solidão de minha vida íntima, sentia que eu não era uma cortesã como aquelas que me cercavam. Os homens que se chamavam meus amantes valiam menos para mim do que um animal; às vezes tinha-lhes asco e nojo. Ficaram gravados no meu coração certos germes de virtude. Essa palavra é uma profanação nos meus lábios, mas não sei outra. Havia no meu coração germes de virtude, que eu não podia arrancar, e que ainda nos excessos do vício não me deixavam cometer uma ação vil. Vendia-me, mas francamente e de boa-fé; aceitava a prodigalidade do rico; nunca a ruína e a miséria de uma família (ALENCAR, 1988, p. 98).

A formatação social presente na citação anterior mostra o poder dos valores internalizados. A protagonista não estava feliz com a vida de extravagância que levava. A família devia ser preservada como uma instituição fundamental.

Esse também é o papel desempenhado pela escola, que, através de todo o arcabouço teórico trabalhado, entre eles a literatura, deve contribuir para a manutenção dos valores apregoados.

A seguir no mesmo bloco, serão apresentados dois elementos de Scott, de forma integrada.

3. Conceitos normativos que evidenciam o sentido dos conceitos de feminino e masculino e análise que incorpore o aspecto político, bem como faça referência às instituições e à organização social

3.1 O poder do homem (pai) e a importância na organização da instituição familiar

Em seus livros, José de Alencar descreve a sociedade carioca urbana do século XIX. O enredo das obras é moralizante e procura apresentar parâmetros de como deveriam se comportar as mulheres naquela época, de acordo com os valores burgueses. A felicidade completa era alcançada através do casamento e dos filhos (alusão à Virgem Maria como modelo de mulher). Por isso, a mulher deveria seguir regras de conduta que orientavam o comportamento de uma verdadeira dama da sociedade.

A educação no seio da família preparava as meninas para obedecer ao pai, seguir seus ensinamentos e servi-lo com presteza para, futuramente, obedecerem ao marido.

Nesta passagem da obra *Lucíola*, é expresso o poder do pai na organização da rotina da casa: “Depois passávamos o serão ouvindo meu pai ler ou contar alguma história. Às nove horas ele fechava o livro, e minha mãe dizia: ‘Maria da Glória, teu pai quer cear’. Levantava-me então para deitar a toalha” (ALENCAR, 1988, p. 96).

O pai lia na sala, provavelmente obras que reforçavam os estereótipos esperados. Quando ele parava de ler, Maria servia a mesa. O poder de decidir o que ler e de quando parar a leitura era do pai. A obediência cabia à mulher e aos filhos. Essa organização doméstica, em que o pai comandava, fazia parte das atribuições do papel masculino. Quando a moral esperada não era garantida, o pai se sentia envergonhado. Por isso, o pai de Lúcia a expulsou de casa ao descobrir que ela havia ganhado dinheiro se prostituindo.

3.2. Prazer sexual

O padrão duplo de moralidade presente na literatura da época enfatizava que os homens podiam ter prazer físico e amor ilimitado. As mulheres, por sua vez, deviam servir aos seus maridos e cuidar da casa e dos filhos.

A literatura de José de Alencar instruía as mulheres sobre como deveriam se comportar e quais condutas deveriam seguir para alcançar o ideal então concebido para a mulher carioca: ser feliz no casamento, cuidar da casa e dos filhos e manter a harmonia na família.

A personagem Lúcia simboliza a mulher que rompeu com isso e também viveu os prazeres da carne. “Mas Lúcia sentia; sentia sim com tal acrimônia e desespero, que o prazer a estorcia em câibras pungentes. Seu olhar queimava; e às vezes parecia que ela ia estrangular-me nos seus braços, ou asfixiar-me com seus beijos” (ALENCAR, 1988, p. 14).

Mas o prazer não era um valor apregoadado às mulheres. Lúcia abandonou a vida de prazeres e voltou, no final do romance, a ter o comportamento esperado socialmente para uma mulher. No limite, apesar das experiências que teve na vida mundana, ela havia introjetado o papel da mulher ideal.

José de Alencar sugere, através da obra *Lucíola*, que existem comportamentos certos e errados e o comportamento correto leva à felicidade. Mesmo mudando de vida, Lúcia não se casa com Paulo, a personagem morre antes de ter filhos. O fato aponta que a maternidade e o casamento são sagrados e incompatíveis com os prazeres da carne. Ser mãe e esposa era um papel para as mulheres puras, que não contaminaram o ventre com o pecado carnal. Assim, reforçava-se a ideia de que os homens procuram mulheres que se prostituem para se divertir, mas para apresentar socialmente e ser mãe dos seus filhos escolhem as mulheres de conduta ilibada.

3.3. Comportamento feminino em público

Como formadores de opinião, os romances apresentavam a sociedade carioca do século XIX. Na obra *Lucíola*, são mencionados especialmente os lugares e bairros frequentados pela corte. Através da personagem da cortesã Lúcia, é exposto um roteiro de como as mulheres deveriam se comportar na alta sociedade, especialmente em público, para não causar vergonha e constrangimento moral ao marido. Aulas de etiqueta faziam parte da formação feminina, sobretudo da classe alta no período.

A postura de sentar-se com as pernas fechadas, falar baixo em lugares públicos, não contar piadas, não expressar opinião sobre negócios era (e ainda é) o comportamento desejado para as mulheres. Não é nenhuma surpresa ver, ainda hoje, pais repreendendo as filhas e marido advertindo as esposas pelas atitudes apresentadas em público.

José de Alencar mostra em sua obra as diferenças sociais entre homens e mulheres, assim naturalizando comportamentos sociais, contribuindo para reforçar costumes e obrigações que desmereciam e rotulavam as mulheres. Observa-se o engrandecimento da figura da mulher em seus romances quando essas são boas donas de casa, mães e esposas exemplares. Portanto, a evidência e o destaque da figura do homem como detentor de poder de decisão sempre minimiza a importância da mulher e impossibilita sua participação de maneira efetiva na sociedade. *Lucíola* é um romance que, sem sombra de dúvidas, influenciou e contribuiu para estereotipar características que as mulheres lutam para transformar até os dias atuais.

Como as relações de gênero e o patriarcado são estruturas pesadas, que perpassam toda a vida social, inclusive a literatura, no caso do romance *Lucíola*, as diferenças biológicas foram usadas para determinar os espaços de atuação do homem e da mulher.

Os homens mandavam nos espaços privados e dominavam os espaços públicos, sendo estimulados também a sentir o prazer sexual. As mulheres, no entanto, eram estimuladas, por meio do romance, a serem boas esposas, mães e donas de casa. A candura, a pureza e a subserviência são atitudes fundamentais na composição do perfil feminino de *Lucíola*.

As relações patriarcais podem ser observadas em várias passagens mencionadas neste artigo. A necessidade de construir uma nova identidade, quando a protagonista é descoberta

se prostituindo, aponta para a condição que a mulher vivia naquele período. O único status a ser desejado era da vida familiar pacata e subserviente. O prazer sexual lhe era negado. Para a mulher que experimentava os prazeres da carne, a maternidade não era mais possível. Nessa perspectiva, a hierarquização dos espaços é nítida. O homem podia e mandava. A mulher obedecia e se anulava.

4. O papel da escola no gendramento social

Como instituição social, a escola sempre foi espaço de reforço dos valores sociais. O projeto pedagógico, as ementas e, por fim, as obras selecionadas pela escola são importantes na transformação ou na manutenção e na preservação dos espaços de poder.

Em muitas escolas, a escolha dos livros didáticos é atribuição do professor. Os livros de literatura fazem parte do Conteúdo Básico Comum (CBC) e devem ser estudados em todas as escolas. A formação dos professores se torna importante para o trabalho com a obra literária e é fundamental que eles considerem o período histórico em que a obra foi escrita. É inegável o papel que a escola exerce na produção de saberes, na produção de “verdades” sobre os perfis femininos e masculinos. A pedagogização dos corpos é sutil e, por isso mesmo, muitas vezes, imperceptível.

A literatura é a expressão simbólica do que pensam e vivem determinados grupos sociais. Através das obras, os valores são propagados ou reforçados de geração em geração. Como componente educativo, a literatura expressa valores de uma época e serve para legitimar estereótipos e preconceitos. Ela influencia gerações que estão em formação a entender, através das entrelinhas, como deve ser o comportamento de homens e mulheres. Uma obra de literatura pode ser usada para reforçar ou para criticar as posturas feminina e masculina.

Como espaço de gendramento, a obra *Lucíola* tem caráter moralizante e trabalha de forma metódica os comportamentos que eram esperados de mulheres e homens no século XIX, os quais servem ainda hoje como reforço dos estereótipos. O significado dado às

relações estabelecidas na obra aponta para as relações de poder vivenciadas no espaço doméstico e social e que devem ser apreendidas pela nova geração de leitores.

Conclusão

Leitura fundamental para que se obtenha conhecimento básico da literatura brasileira, a obra de José de Alencar deve ser abordada atendo-se para as possíveis consequências da sua leitura na formação da personalidade de jovens que não possuem embasamento e conhecimento histórico e cultural suficientes para avaliar tal bibliografia, impossibilitando o discernimento acerca da variação histórica de costumes e hábitos e da contribuição para o aumento do gendramento na sociedade atual.

As conclusões estabelecidas no presente artigo sugerem a necessidade de um novo pensamento acerca das aulas de literatura, buscando-se, através da multidisciplinaridade, a preparação para a contextualização histórica, social e cultural que possibilite a compreensão do que está escrito nas obras literárias e do que subliminarmente é afirmado em tais obras.

Nesse sentido, é possível analisar e admirar a obra *Lucíola* sem que ela tenha reflexos negativos na formação das novas gerações, evitando-se o gendramento e facilitando a compreensão dos enredos a partir da contextualização histórica.

A sugestão para os docentes é a utilização do que os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam. A legislação orienta o trabalho com três eixos temáticos como conteúdo transversal. O estudo das relações de gênero é uma dessas possibilidades.

Assim, é possível trabalhar a literatura dialogando com outras disciplinas. As relações de poder assimétricas, nos sujeitos generificados, apresentadas nas idas e vindas da protagonista em *Lucíola*, podem ser compreendidas como pertencentes ao processo histórico e, portanto, passíveis de mudanças. As aulas de história, sociologia, filosofia, geografia, ciências, entre outras disciplinas, apresentam discussões importantes a serem incorporadas nas aulas de literatura.

Como as identidades de gênero são constituídas no âmbito social, é nele também que outras construções podem ser realizadas. Por meio de todos os artefatos apresentados, a escola

pode contribuir para, através de pequenas mudanças, minar as estruturas sexistas ainda presentes no cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *Lucíola*. 12ª ed. São Paulo: Ática, 1988. (Bom Livro). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000035.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2015.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ª ed. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. (Edição Ecumênica).
- LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Brasília: UNB, 2000.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.
- RICHARTZ, Terezinha. *Gênero e patriarcado: da dominação-exploração às pequenas conquistas*. In: _____. *Cotas e autonomia: paradoxos da implementação da lei de cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB E PFL*. 294 f. 2007. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. cap. 2, p. 26-60. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4590. Acesso em: 09 mar. 2015.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Ed. Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)
- SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-12, jul./dez. 1990.

Artigo recebido em março de 2015.
Artigo aceito em abril de 2015.